

## NOMEAÇÃO DE "BOYS" LARANJA E AZUIS É ESCÂNDALO NACIONAL



Ferro Rodrigues denunciou em Guimarães de forma clara e veemente o escândalo a que o País assiste com as nomeações de *boys* laranja e azuis para os diversos órgãos da administração. Pessoas sem experiência nem competência que estão a ser nomeadas em proporções inauditas, só porque têm o cartão partidário. Afinal, o PSD e o PP moralistas de outros tempos, e quantas vezes de forma tão injusta e demagógica, revelam agora total ausência de princípios, ao discriminar de forma arbitrária tantos portugueses competentes.

► Página 5

### FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS

**PS PROPÕE FUNDO DE APOIO À DEMOCRACIA E PERDA DE MANDATO POR CONTAS IRREGULARES**

► Página 7

### RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

**GOVERNO ALARGA DISCRIMINAÇÃO DOS JOVENS E VINGA-SE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**

► Página 8

### VICENTE JORGE SILVA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

**É PRECISO ACABAR COM A LEI DA SELVA NO CENÁRIO AUDIOVISUAL**

Vicente Jorge Silva defende um organismo regulador do cenário audiovisual e uma nova legislação para enquadrar a actual tendência de descida da programação televisiva a patamares cada vez mais baixos.

► Página 9



# A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues presidiu ao encerramento da Convenção Autárquica de Guimarães, onde denunciou as proporções inauditas dos "jobs" laranjas e azuis.

A convite da direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteve em Lisboa Jesus Caldera, presidente da bancada socialista nas Cortes espanholas, que se reuniu com Ferro Rodrigues e participou no Clube Parlamentar na passada quinta-feira.

Helena Torres Marques, em conferência de Imprensa, denunciou que os consumidores portugueses estão a ser prejudicados pelo atraso da publicação da legislação sobre levantamentos bancários em caixas automáticas no estrangeiro.

Na Assembleia da República foi aprovado o projecto de lei do Partido Socialista sobre o branqueamento de capitais.

Culminando a ronda de audiências destinada ao início da revisão do Código do Processo Penal, uma delegação de deputados socialistas presidida por António Costa reuniu-se com o procurador-geral da República, Souto Moura.

Na sessão plenária do Parlamento Europeu em Estrasburgo, Mário Soares manifestou-se contra o seguidismo de alguns países europeus relativamente aos EUA e salientou, uma vez mais, a necessidade de se evitar uma guerra contra o Iraque.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

## 3000 (JOBS) EM 9 (MESES)!!!

ANTOONIO COLAÇO



JÁ TINHAMOS AVISADO...

# NA EDUCAÇÃO, CONTRA-REFORMA

A qualificação das pessoas é uma das áreas onde são mais evidentes as diferenças entre o pensamento e a prática do PS e o pensamento e a prática dos partidos da direita. No Governo, o PS atribuiu-lhe prioridade política absoluta e concebeu e concretizou políticas consistentes e inovadoras nos domínios da educação, da formação profissional, da ciência e da cultura, orientadas para a integração de todos, o combate às desigualdades e às exclusões e a promoção da melhoria sustentada do nível educativo e cultural dos Portugueses. O Governo PSD-PP escolheu os Ministérios da Educação, do Ensino Superior e da Cultura como alvos principais dos cortes orçamentais, prevendo em todos eles um crescimento real negativo, isto é, uma diminuição do investimento público, em 2003.

Dentro da grande área da qualificação, a governação socialista tinha concedido especial atenção à educação pré-escolar, ao ensino básico e secundário e à educação e formação de adultos. Por razões mais do que compreensíveis. Primeiro, a educação pré-escolar, que havia sido desprezada e ignorada durante a maior parte do cavaquismo, constitui a porta de entrada indispensável para uma escolarização bem sucedida. Segundo, era necessário repensar o ensino básico, como tronco comum orientado para a aquisição, por todos, das competências fundamentais para o prosseguimento de estudos. Terceiro, o ensino secundário encontrava-se à deriva. Quarto, não havia sido sequer elaborado qualquer princípio de resposta ao problema de ter o país cerca de três milhões de pessoas em idade activa sem as habilitações equivalentes ao que hoje se entende por escolaridade básica obrigatória, ou seja, o 9º ano.

Quando, em Abril de 2002, saiu do Governo, o PS deixou em velocidade de cruzeiro o programa de expansão e desenvolvimento da rede pré-escolar; deixou realizado o acesso universal ao ensino básico e em curso a sua reorganização curricular; deixou aprovada e pronta a implantar a revisão curricular do ensino secundário; deixou no terreno um vasto programa de novas construções escolares; deixou em fase de instalação a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) e em marcha o sistema de reconhecimento e certificação de competências dos adultos, além de novas e mais apelativas modalidades de combinação entre educação e formação profissional expressamente desenhadas para adultos.

O actual Governo recuou em todos estes sectores. Fez com que o desenvolvimento do pré-escolar perdesse qualquer impulso e centralidade política, como se todos os problemas e necessidades se resumissem à questão do calendário de actividades da rede pública. Abandonou completamente as escolas básicas à sua sorte, paralisando todos os instrumentos de apoio à reorganização curricular, fossem eles a elaboração de materiais, a formação de professores ou o acompanhamento e a avaliação técnica e científica dos novos currículos. Cortou drasticamente no PIDDAC para os equipamentos escolares. Extinguiu a ANEFA. Suspendeu, primeiro, a revisão curricular do secundário e, depois, apresentou a sua proposta, que se resume a empobrecer e distorcer o que havia sido feito

pelo PS e desperta, muito justamente, as mais vivas críticas dos especialistas e das associações representativas da comunidade científica e profissional.

A verdade, a pura verdade é que o actual Ministério da Educação não tem dimensão pedagógica. O menos que se pode dizer da secretária de Estado que tutela as questões pedagógicas é que não tem manifestamente nem preparação, nem perfil para o cargo. O ministro enreda-se em discursos fáceis, dirigidos ao senso comum e a uma certa opinião publicada que nunca esqueceu a sua hostilidade à democratização da escola, mas descursa a acção e paralisa, de facto, o sistema educativo, deixando professores e escolas sem apoio, orientação e incentivo.

Na educação, como em muitas outras áreas, mas na educação com especial gravidade, a lógica da direita no poder é: paralisia, desinvestimento, contra-reforma.

**O actual Ministério da Educação não tem dimensão pedagógica. O menos que se pode dizer da secretária de Estado que tutela as questões pedagógicas é que não tem manifestamente nem preparação, nem perfil para o cargo. O ministro enreda-se em discursos fáceis, dirigidos ao senso comum e a uma certa opinião publicada que nunca esqueceu a sua hostilidade à democratização da escola, mas descursa a acção e paralisa, de facto, o sistema educativo, deixando professores e escolas sem apoio, orientação e incentivo.**



AUGUSTO SANTOS SILVA

*Augusto Santos Silva*

## PROCESSO DE PEDOFILIA NA CASA PIA

# ANTÓNIO COSTA CONFIA NO FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA

"Independentemente de quem está em causa", António Costa defende que se deve "confiar no funcionamento do sistema de justiça" no caso de pedofilia na Casa Pia.

O líder da bancada socialista, acompanhado pelos deputados Jorge Lação, Alberto Martins e Vitalino Canas, falava à saída de uma audiência com o procurador-geral da República, a quem apresentou uma série de propostas legislativas com vista ao reforço do combate ao crime organizado e de preparação da revisão do Código de Processo Penal. Escusando-se a comentar especificamente a detenção e prisão preventiva do apresentador televisivo Carlos Cruz, o ex-ministro da Justiça considerou "positivo que a justiça funcione", declarando que "o funcionamento normal das instituições" não o surpreende. Por isso, para António Costa é "estranho que no país em que todos se queixam da justiça, agora se queixem" quando as instituições estão a actuar. "A lei é igual para todas as pessoas", disse, ressaltando que "a justiça não está isenta de erros". António Costa frisou que há "mecanismos de recurso" das



decisões judiciais e há que "aguardar serenamente". Quanto à aplicação de prisão preventiva em Portugal, António Costa afirmou que há "um relativo consenso na Assembleia para diminuir o recurso" a esse mecanismo, ao mesmo tempo que recordava que Portugal é o país europeu com mais detidos em prisão preventiva. A este propósito, o presidente do Grupo Parlamentar socialista sublinhou que "as pessoas chocam-se com a prisão preventiva, mas também se chocam quando os detidos são mandados em liberdade".

As propostas que os deputados socialistas levaram ao procurador-geral da República, como o tinham feito na semana passada junto do Ordem dos Advogados e do Conselho Superior da magistratura, relacionam-se com a definição penal de terrorismo, o uso de dados electrónicos, o mandato de detenção europeu e as buscas domiciliárias nocturnas. Os socialistas avançam assim para uma avaliação alargada do Código de Processo Penal, tendo em vista a introdução de melhorias à actual lei.

## AUTONOMIAS REGIONAIS

# SN CRIA GRUPO DE TRABALHO

Atento à questão das autonomias, o Secretariado Nacional da passada segunda-feira deliberou criar um grupo de trabalho para introduzir propostas sobre as autonomias regionais na comissão de reforma do sistema político. O grupo é presidido pelo presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, e inclui o presidente do PS-Madeira, Jacinto Serrão, o líder do grupo parlamentar, António Costa, e o deputado Alberto Martins.

Até meados de Março, o grupo de trabalho deverá apresentar um relatório sobre ajustamentos que poderão ser feitos às autonomias regionais, que serão posteriormente convertidos em propostas que o PS quer ver discutidas na comissão encarregue da reforma do sistema político.

**AVEIRO**

# AFONSO CANDAL CANDIDATO À PRESIDÊNCIA DA FEDERAÇÃO

Afonso Candal vai disputar a liderança da Federação do PS/Aveiro, numa candidatura apoiada pelo actual líder da estrutura, José Mota, que se afasta da função após seis mandatos de dois anos cada.

No anúncio da sua candidatura, Candal que a mesma fica a dever-se à necessidade de contribuir para dar mais afirmação ao partido, num quadro de "denúncia das alterações drásticas que o actual Governo está a operar na política do desenvolvimento regional, com claro prejuízo para o distrito aveirense".

Quanto aos seus principais objectivos, Afonso Candal aponta para uma aposta na "renovação sem ruptura", declarando ser "fundamental" a constituição de "espaços de participação sectorial" para todos os militantes e simpatizantes do partido no distrito, combatendo a "desmotivação, a desmobilização e as indecisões".

"O partido somos todos e estamos condenados a entender-nos", afirmou, defendendo que a estrutura do PS/Aveiro deve empenhar-se em combater o "desinvestimento do Governo" no distrito.

Ao manifestar apoio a Afonso Candal, o actual presidente da Federação do PS disse que esta candidatura "tem o melhor do PS em Aveiro".

José Mota justificou a sua saída da liderança da Federação "porque já se passaram 12 anos e se esgotaram os pressupostos admitidos para uma nova candidatura", nomeadamente a alteração do quadro governativo do País.



M.R.

**FRANCISCO ASSIS PROPÕE**

# FÓRUM PARA DEBATER PROBLEMAS DA JUVENTUDE

Preocupado com os problemas específicos dos jovens, Francisco Assis propõe a criação de um Fórum da Juventude, a existir no âmbito da Federação do PS/Porto.

O compromisso foi assumido num encontro com mais de uma centena de jovens representantes das estruturas concelhias da Juventude Socialista, realizado no sábado à noite, na cidade Invicta. O Fórum da Juventude funcionará bimestralmente como um observatório com sessões abertas a militantes e não militantes, em que seja possível elaborar sugestões que ajudem a construir propostas políticas a apresentar pelo PS/Porto, nomeadamente, no domínio do emprego e formação.

Na página [www.franciscoassis.pt.vu](http://www.franciscoassis.pt.vu) estão disponíveis o programa e as iniciativas de campanha deste candidato à liderança da Federação do Porto.

# FILIPE COSTA CANDIDATO À CONCELHIA DE LISBOA

A questão autárquica é central no programa de candidatura de Filipe Costa à Concelhia de Lisboa do Partido Socialista.

Ao anunciar a intenção de disputar a liderança desta estrutura, Filipe Costa defendeu que o PS se deve apresentar sozinho nas próximas eleições autárquicas.

Embora assumindo que a decisão de repetir ou não a coligação com o PCP para a autarquia lisboeta "dependerá dos órgãos nacionais do partido, o candidato Filipe Costa considera que se for eleito presidente da Concelhia, "defenderá que os socialistas deverão preferencialmente concorrer sozinhos".

# LUÍS CATARINO CANDIDATO À CONCELHIA DO PORTO

Reconquistar a Câmara do Porto é "primeira prioridade" do vereador socialista Luís Catarino, que formalizou a semana passada a sua candidatura à liderança da Comissão Política Concelhia portuense do PS.

O candidato defendeu que caberá à Concelhia do PS/Porto "alertar os cidadãos quanto aos riscos que corre a cidade ao ser dirigida por pessoas com uma visão pequenina, crispada e fechada sobre si própria, num momento em que a competição das aglomerações urbanas faz parte da paisagem social e económica da Europa".

"Nada faremos para provocar uma crise, mas esta é possível, em consequência das contradições internas da actual maioria dependente do apoio do único vereador comunista do executivo autárquico", afirmou.

A segunda prioridade de José Luís Catarino vai para a Área Metropolitana do Porto, matéria em que defende a adopção de legislação que reformule o modo de eleição dos seus órgãos e o seu sistema de financiamento.

Em terceiro lugar, Catarino pretende "abrir ainda mais o PS portuense, aumentando, nomeadamente a participação de mulheres e jovens, assim como a participação de independentes que vivem e pensam o Porto como história que não quer, no século XXI, ficar á margem da história".



REUNIÃO

## Comissão Política Nacional

13 FEVEREIRO ÀS 21H  
SEDE NACIONAL, LARGO DO RATO

Ordem de Trabalhos  
Análise da situação política

Partido  
**Socialista**

**Encontro Nacional de Autarcas Socialistas**

CNEMA, Santarém 22 Fevereiro às 14.30h

Com a participação do Secretário-Geral  
Ferro Rodrigues



**CONVENÇÃO AUTÁRQUICA**

# FERRO DENUNCIA "JOBS" LARANJA E AZUIS EM PROPORÇÕES INAUDITAS

A violentíssima crise que assolará Portugal logo que acabem os subsídios de desemprego dos trabalhadores que estão a ser despedidos praticamente todos os dias é responsabilidade do Governo, denunciou o secretário-geral do PS.

Uma das regiões onde se sentirão mais os malefícios da recessão será o Vale do Ave, alertou Ferro, no final da convenção autárquica dos socialistas de Guimarães, onde reiterou a sua chamada de atenção para os factos que evidenciam a má situação económica do País, referindo-se aos números do Instituto Nacional de Estatística relativos ao último trimestre do ano transacto, que demonstram uma descida do PIB.

Todavia, segundo o líder do PS, a conjuntura recessiva da nossa economia não impede que se verifique uma "proporção inaudita do aumento de pessoas que entraram na Administração Central, apenas porque têm um cartão laranja do PSD ou azul do CDS".

Dando como exemplo o "forte escândalo" a que se assiste no Ministério da Saúde, Ferro denunciou que nesta estrutura "entraram pessoas sem experiência só porque tinham amizades ou cartões" dos partidos da actual maioria de direita.

Ao fazer a sua interpretação da derrota do PS nas últimas eleições autárquicas, perante oitocentos autarcas, Ferro Rodrigues considerou que, naquele contexto que se viveu, "ficar dois ou três pontos atrás do PSD, era normal".

"O problema foi perder câmaras que não se contavam e aí entendi que o problema não estava numa questão nacional", afirmou, defendendo que, desde então, surgira um



novo "ciclo político, tal como vai suceder no próximo escrutínio para as câmaras" e, por isso, adiantou, que "o PS já lançou Jorge Coelho para preparar o terreno".

"Este Governo diaboliza as autarquias e procura que elas sejam asfixiadas financeiramente", acusou, manifestando a sua confiança em que os autarcas estarão ao lado do PS quando ocorrerem as eleições municipais.

**Eventualidades sem comentários**

Questionado pela Comunicação Social sobre o anúncio do Bloco de Esquerda (BE) de apresentar, no Parlamento, uma moção de censura ao Executivo, caso este disponibilize forças para alinhar com os Estados Unidos numa intervenção no Iraque, o secretário-geral recusou-se a comentar o que definiu como "eventualidades" ou "anúncios condicionados".

"Os partidos políticos têm que se comportar, conforme a realidade dos factos. E vão acontecer reuniões em breve na ONU e do Conselho de Estado português", explicou, ressaltando porém que "sobre a eventual possível guerra no Golfo, a posição do PS é claramente diferenciada da do Bloco de Esquerda".

Ferro Rodrigues lembrou que há em Portugal "três posições" sobre a possível guerra no Iraque, sendo que os socialistas preconizam que o recurso a meios bélicos para desarmar Saddam Hussein só deve suceder com base numa resolução nesse sentido do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

**LEIRIA**

## SOCIALISTAS CONTRA DESCENTRALIZAÇÃO SEM CONSULTA ÀS POPULAÇÕES

A Federação Distrital de Leiria do PS denunciou, em comunicado, a "falta de transparência do modelo de descentralização" do Governo, acusando-o de ignorar a posição das populações.

No documento, os socialistas sublinham que o Executivo está a tentar impor a sua posição "às autarquias e às populações, numa atitude que está a gerar enorme confusão e grande apreensão". Em causa está a eventualidade do distrito de Leiria poder vir a ser dividido em duas áreas metropolitanas, caso se concretizem os desejos de alguns autarcas da região.

Nesse sentido, o PS reclama do actual Governo a "clarificação das suas ideias no que respeita às propaladas intenções de extinção das Comissões de Coordenação Regional e dos distritos", revelando qual "o modelo alternativo que se propõe concretizar na administração periférica do Estado". Em relação às novas competências das associações municipais, o PS/Leiria quer ainda que o Executivo anuncie a "definição das regras do jogo no que respeita às competências, atribuições e mecanismos de financiamento", revela ainda o documento, adiantando que as eleições para presidente da Federação, actualmente liderada pelo deputado José Miguel Medeiros, estão marcadas para 21 de Março.

**SANTARÉM**

## CONCELHIA REPUDIA INSULTOS AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

A Concelhia do PS/Santarém exigiu ao Governo "um desagravo inequívoco e audível" aos trabalhadores da Função Pública face às "ofensas despidoradas" que têm sido alvo recorrentemente por parte de "opinion makers" da área política do PSD/PP.

"O discurso de vários membros do Executivo PSD/PP, para justificar as medidas de redução da massa salarial para a Função Pública, subestima de tal forma o papel desta que os fazedores de opinião da área política do PSD/PP se têm sentido encorajados a, quotidianamente, tecerem considerações que oscilam entre a maledicência e a ofensa despidorada aos trabalhadores da Função Pública", refere um comunicado do PS/Santarém.

"Qual a ética de um Governo que pede sacrifícios aos seus dependentes ao mesmo tempo que os deixa à mercê da demagogia e do insulto?", perguntam os socialistas de Santarém, considerando que "o mínimo que se pode exigir ao Governo PSD/PP é um desagravo inequívoco e audível aos trabalhadores da Função Pública".

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

# APROVADO PROJECTO DO PS RELATIVO A BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS

O projecto de lei do PS sobre branqueamento de capitais foi aprovado pela Assembleia da República, com a abstenção da maioria de direita.

O diploma, que foi defendido pelo deputado do PS Vitalino Canas, visa ser "mais uma contribuição para o combate a uma das maiores ameaças actuais ao Estado de Direito: o fenómeno universal do branqueamento ou lavagem de valores provenientes de actividades criminosas".

Na sua intervenção, Vitalino Canas sublinhou que no projecto de lei do PS há uma "inovação", ao nível da tipificação, que é a "possibilidade de punição da negligência grosseira". Isto é, explicou, "passa a prever-se a ilicitude criminal daquele que, não sabendo, mas devendo razoavelmente saber que os bens são fruto de facto ilícito subjacente ao branqueamento, pratica actos típicos deste crime".

Vitalino Canas sublinhou ainda que se introduzem, pela primeira vez, na legislação portuguesa sobre prevenção e repressão do branqueamento de capitais "deveres especiais de prevenção quando o destino das operações forem países ou territórios não cooperantes ('off-shores'), constantes de uma lista, permanentemente actualizada, do GAFI - Grupo de Acção Financeira sobre o Branqueamento de Capitais".

O diploma apresentado pelo PS mantém, na



substância, a *ratio legis* que se foi consolidando nos últimos dez anos, mas abandona a forma adoptada em 1993 e 1995,

depois sucessivamente retomada e confirmada pelas modificações posteriores". Nessa medida, adiantou, "trata-se de um

projecto totalmente novo, com sistemática própria e técnica legislativa diferente, pensada para codificar, clarificar e aperfeiçoar a regulamentação pretérita".

O que se propõe "é substituir a floresta legislativa existente, prejudicada por algumas lacunas, sobreposições e redundâncias, por um diploma coerente, de fácil consulta e aplicação", explicou.

Segundo Vitalino Canas, "é urgente suprimir todos os pretextos de desaplicação da lei e possibilitar que todos conheçam com rigor os seus deveres".

O projecto de lei socialista visa também, esclareceu, possibilitar "uma célere e oportuna transposição" de uma directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, bem como uma decisão-quadro do Conselho, "relativa ao branqueamento de capitais, à identificação, detecção, congelamento, apreensão e perda dos instrumentos e produtos do crime".

Vitalino Canas referiu ainda que o diploma do PS "não se limita a um exercício de codificação ou a transpor a directiva e a decisão quadro". Assim, disse, "detectadas que foram algumas deficiências ou insuficiências do sistema, quisemos ir mais longe e trazemos a esta câmara algumas propostas que poderão contribuir para uma maior eficácia do combate a este tipo de criminalidade".

J. C. CASTELO BRANCO

JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO AFIRMA

# GOVERNO NÃO TEM PENSAMENTO COERENTE SOBRE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL

José Augusto de Carvalho acusou o Governo de não ter um pensamento "coerente e sustentável de intermunicipalismo", propondo a agregação de autarquias, "a qualquer título", designadamente "sem um desenho territorial que articule os agrupamentos de municípios assim constituídos, entre si e com os serviços periféricos da administração central".

Exemplo acabado, disse, "é a proposta de criação das 'Novas Áreas Metropolitanas', sem competências e recursos que valham, dizendo-lhes: 'Ide e multiplicai-vos, como quiserdes'". Aliás, adiantou, "a criação das 'Novas Áreas Metropolitanas' é uma das únicas novidades do programa do actual Governo, na área da administração autárquica. A outra é a "transferência de competências dos Governos Cívicos para os municípios", cuja relevância "se afere pelas matérias em causa, como, entre



outras, a venda ambulante de lotarias, os arrumadores de automóveis, os acampamentos ocasionais e as fogueiras e queimadas", afirmou num tom irónico.

Quanto à prática governativa, essa, tem trazido "algo mais" ao poder local, como seja: "o bloqueamento do recurso ao crédito para investimento, com efeitos gravosos na habitação social e nos projectos de financiamento pela UE, e a tentativa de interditar o relacionamento com a banca.

Ao invés, salientou, o PS apresenta um projecto de lei que define as atribuições, competências e funcionamento das comunidades intermunicipais "na base de um modelo de organização territorial do Estado e da administração pública a que se mantém fiel e que a Constituição da República consagra".

Segundo o deputado do PS, "este modelo salvaguarda, operacionaliza e dá eficácia à necessária articulação da administração autárquica com a administração central descentralizada", assegurando, no essencial, "a correspondência do âmbito geográfico das instituições a criar com o sistema de unidade territorial (NUTS) como questão relevante na lógica do planeamento, financiamento e execução das políticas de desenvolvimento, que se pretendem mais descentralizadas".

José Augusto de Carvalho referiu ainda que o projecto socialista visa o "aprofundamento da descentralização", bem como "a redução do fosso entre o poder local e o poder central, no quadro da imperiosa reforma da organização territorial, ao serviço do desenvolvimento".

J. C. CASTELO BRANCO

FINANCIAMENTO DOS PARTIDOS

# PS PROPÕE FUNDO DE APOIO À DEMOCRACIA E PERDA DE MANDATO POR CONTAS IRREGULARES

A criação de uma conta de apoio ao exercício da democracia, sem *plafond* e a coberto da lei do mecenato, e a possibilidade de os cabeças de lista ou os candidatos a presidentes de câmara perderem o respectivo mandato caso apresentem contas irregulares são as principais novidades contidas no projecto de lei do PS para a revisão da lei de financiamento dos partidos.

A posição foi apresentada a semana passada, pelos deputados socialistas Alberto Martins e António José Seguro, que, em conferência de imprensa classificaram o diploma socialista como "radical", porque implicará "uma profunda reorganização da vida interna dos partidos". No quadro do agravamento das sanções, os dois parlamentares referiram também que a apresentação de contas irregulares ou falseadas poderá conduzir a uma inibição de os candidatos concorrerem a actos eleitorais até um período máximo de quatro anos.

O projecto de lei socialista prevê a proibição de financiamentos anónimos a partidos políticos. Se o diploma do PS for aprovado, os doadores privados terão de financiar os seus partidos através de cheque ou de transferência bancária e os financiamentos serão tendencialmente públicos, sendo alterada a forma de distribuição



das subvenções estatais por partido político. Actualmente, antes de cada campanha eleitoral, cada partido recebe em função do número de

votos obtido no último acto eleitoral. Mas, o PS propõe que a subvenção estatal corresponda a dois terços da verba que a força política esteja

disposta a gastar em campanha eleitoral, dentro de um tecto de despesas definido por lei.

O projecto do PS prevê também a abertura de uma conta de apoio ao exercício para a democracia, sem *plafond* e a coberto da lei do mecenato, na qual cada contribuinte poderá conceder donativos às forças políticas, sendo o montante global do fundo distribuído equitativamente por todos os partidos.

O deputado socialista Alberto Martins salientou que o projecto de lei em causa exigirá a publicação das receitas e das despesas de cada partido, que serão integralmente publicadas no "Diário da República" e no *site* da Internet do Tribunal Constitucional (TC).

Outra alteração prevista no diploma do PS é o fim do controlo pela Comissão Nacional de Eleição das despesas efectuadas pelos partidos nas campanhas eleitorais, após o seu fim. Assim, se o diploma socialista for aprovado, só o TC controlará as contas dos partidos, mas, no período de três meses antes de cada acto eleitoral, poderá contar com o auxílio de uma comissão independente de carácter técnico que terá poderes para promover inspecções sem aviso prévio.

M.R.

CLUBE PARLAMENTAR

# PRIORIDADE SOCIALISTA PARA LEIS SOBRE TERRORISMO

A transposição para o ordenamento jurídico português das decisões-quadro sobre terrorismo e mandado de detenção europeu terá prioridade nos trabalhos parlamentares dos deputados socialistas. A garantia foi dada pelo presidente da bancada do PS, António Costa, no segundo encontro do Clube Parlamentar, que se realizou no dia 30.

No jantar/debate com a delegação parlamentar dos socialistas espanhóis, que esteve em Portugal a semana passada a convite da bancada do PS, Costa lembrou que "ninguém melhor do que a Espanha conhece o flagelo do terrorismo". "Portugal já deveria ter transposto para o seu ordenamento jurídico, até ao final do ano passado, a decisão quadro sobre esta matéria", defendeu, recordando que, no que respeita ao mandado de captura europeu, o Estado Português comprometeu-se junto dos seus parceiros comunitários a fazer a transposição da decisão até ao final do primeiro trimestre do corrente ano.

Na sua breve intervenção, António Costa sublinhou a necessidade de Portugal adoptar esta legislação "em coincidência com a Espanha", temendo que o País possa, a prazo,

proporcionar a organizações terroristas uma legislação com mais garantias e mais branda no combate a este tipo de criminalidade organizada.

O líder parlamentar do PSOE Jesús Caldera começou a sua alocução com um caloroso reconhecimento ao trabalho do comissário europeu António Vitorino no processo de harmonização da legislação dos Quinze da União. De seguida, Caldera classificou o terrorismo "como uma degradação ética e moral", dando como exemplo a ETA.

Pegando nas palavras de António Costa, que antes lamentara que o PS e o PSOE raramente tenham coincidido no Governo dos respectivos países desde 1975, Jesús Caldera manifestou a sua confiança de que o ciclo da coincidência de ambos os partidos no poder iniciar-se-á em 2004 com a derrota dos conservadores espanhóis, prosseguindo em 2006 com um triunfo dos socialistas portugueses.

## PS e PSOE condenam manifesto pró-EUA

Os deputados socialistas de Portugal e Espanha

condenaram a participação dos respectivos primeiros-ministros num manifesto de apoio aos EUA, considerando "insólito" que nenhum dos chefes de governo tenha consultado o seu Parlamento.

Após um encontro entre as delegações de ambos os partidos na sede do PS, em que os deputados espanhóis estiveram reunidos com Ferro Rodrigues, o líder da bancada do PSOE, Jesús Caldera, considerou que José Maria Aznar e Durão Barroso "não estão a favorecer uma voz única na União Europeia, mas a fracturá-la".

Aznar e Barroso estão entre os oito governantes europeus que subscreveram um manifesto exortando a Europa a apoiar os Estados Unidos nos seus esforços para desarmar o Iraque. O líder parlamentar socialista, António Costa, reafirmou que o PS defende o desarmamento do Iraque "pela paz e não pela guerra".

Caldera considerou "insólito" que os governantes tenham assumido a sua posição num manifesto publicado e instou "as opiniões públicas a exigirem aos seus governos que trabalhem para a paz" e vão aos parlamentos dos respectivos países discutir a estratégia a

adoptar na eventualidade de guerra.

O líder dos deputados do PSOE frisou que a posição assumida pelos oito chefes de governo no manifesto "não é a posição do povo europeu nem sequer a do povo americano".

O conflito que opõe os Estados Unidos e seus aliados ao Iraque "pode e deve ser resolvido pela paz", afirmou Jesús Caldera, considerando necessário dar "tempo para saber se existem armas de destruição massiva no Iraque e destruí-las".

A questão do manifesto de apoio aos Estados Unidos acabou por dominar o encontro em que os representantes dos dois partidos concordaram em "estreitar relações e intensificar contactos", mas em que também se falou da catástrofe ecológica do navio "Prestige", ao largo da Galiza.

Caldera responsabilizou a "gestão que o governo espanhol fez do acidente" pela maré negra que o navio provocou e afirmou que exige "uma acção concertada da União Europeia para melhorar os mecanismos de segurança do tráfego marítimo", posição partilhada pelos socialistas portugueses.

MARY RODRIGUES

## RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

# GOVERNO ALARGA DISCRIMINAÇÃO DOS JOVENS E VINGA-SE DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

"O PSD, o PP e o Governo consumaram um acto discriminatório e uma vingança contra o acórdão do Tribunal Constitucional (TC) que devolveu o Rendimento Social de Inserção (RSI), praticando novos atentados à Lei Fundamental". Foi assim que Paulo Pedroso comentou, ontem, o "chumbo", na Assembleia da República, do projecto de alteração da proposta do Executivo apresentado pelo PS.

"Não foi esgrimido um único argumento que justificasse uma votação contra", acusou o deputado socialista, para quem a discussão parlamentar esteve minada de "hipocrisia e preconceito".

Pedroso denunciou que "o Governo alargou uma nova forma de discriminação dos jovens até aos 30 anos de idade", obrigando-os a permanecerem mais de seis meses na pobreza extrema e no desemprego. É que, se na primeira versão do RSI foi alterada de 25 para 18 anos a idade limite mínima para a atribuição do referido subsídio (aspecto que mereceu a reprovação do TC), agora, com as alterações que a maioria parlamentar de direita introduziu, só serão beneficiários os jovens entre os 18 e os 30 anos que estejam inscritos no desemprego há mais de meio ano. No debate parlamentar de ontem, o PS propôs que pessoas com menos de 18 anos possam aceder à titularidade do RSI, desde que tenham outros menores a seu cargo (e na sua exclusiva dependência económica).

Para os socialistas, deveriam também beneficiar do RSI mulheres grávidas ainda na menoridade, assim como menores casados, ou que vivam em união de facto há mais de um ano.

No cálculo da prestação de RSI a atribuir a



cada titular, o PS defendia que fosse considerado o total dos rendimentos obtidos pelo agregado familiar (independentemente da sua origem ou natureza), tendo como base de aferição os rendimentos referentes ao mês

anterior à avaliação dos mesmos.

As alterações ao RSI (substituto do Rendimento Mínimo Garantido, criado pelo governo de António Guterres) tinham sido explicitadas, na terça-feira, em conferência

de Imprensa, pelos dirigentes socialistas Paulo Pedroso e Viera da Silva.

Segundo Pedroso, apesar de o Tribunal Constitucional ter destacado no seu acórdão que o RSI tem de proporcionar "um direito universal e um mínimo de existência condigna", o diploma governamental continua a resistir a este princípio.

"A proposta do Governo exclui os casais com menos de 18 anos, os sobrinhos menores a cargo de tios e introduz regras discriminatórias para jovens até aos 30 anos", sustentou, na altura, o porta-voz do PS.

Por seu turno, o ex-secretário de Estado Viera da Silva afirmou que a proposta do Executivo "é técnica e politicamente incorrecta", porque, "se é verdade que repõe a possibilidade de jovens com mais de 18 anos serem titulares de RSI, esse direito é reposto de forma ambígua, através da introdução de um conjunto de discriminações negativas".

"Não basta aos jovens (até aos 30 anos) provarem que estão desempregados. Eles têm de provar estarem nesta situação há mais de seis meses", apontou o parlamentar socialista, considerando "inaceitável" que se obrigue os cidadãos nesta faixa etária a apresentarem "um duplo comprovativo de pobreza".

O ex-governante considerou ainda que as propostas avançadas pelo Executivo podem gerar situações "insólitas", explicando de seguida que "se o diploma do Governo não sofrer alterações, uma mulher (não casada), de 29 anos, com três filhos e desempregada, vai ter um rendimento superior, por via do RSI, em relação a uma outra mulher, precisamente nas mesmas circunstâncias, mas que trabalhe e receba o salário mínimo".

MARY RODRIGUES

## COMISSÃO DE ECONOMIA E FINANÇAS

## SOCIALISTAS QUEREM EXPLICAÇÕES DA MINISTRA SOBRE CUMPRIMENTO DA LEI ORÇAMENTAL

O PS apresentou um requerimento solicitando a presença da ministra Manuela Ferreira Leite na Comissão Parlamentar de Economia e Finanças para prestar informações sobre o cumprimento da lei orçamental.

Os deputados socialistas querem esclarecimentos sobre a eliminação da retenção na fonte dos ganhos com transacções de acções detidas por períodos inferiores a 12 meses e sobre a suspensão do regime de pagamentos especiais por conta em IRC aprovado pela Lei do Orçamento de Estado para 2003.

O requerimento do PS, cujo primeiro subscritor é o deputado Eduardo Cabrita, surge na sequência de notícias vindas a lume na Comunicação Social, segundo as quais o Governo se prepara para eliminar o mecanismo de retenção na fonte na tributação das mais-valias nos casos limitados em que ainda continua a existir a possibilidade de tributação das mais-valias bolsistas, bem como poderá proceder à imediata suspensão, com eventual não aplicação em 2003, do novo regime de pagamentos especiais por conta em IRC.

## PS QUESTIONA SITUAÇÃO DOS ESTALEIROS DA LISNAVE

O deputado socialista Vítor Ramalho é o primeiro subscritor de um requerimento entregue na Assembleia da República a exigir explicações ao Governo sobre a actual situação da Lisnave e Gestnave.

O eventual encerramento da escola profissional da empresa, a incerteza quanto aos fundos de pensões e os termos do acordo celebrado com um sindicato bancário, são as questões que Vítor Ramalho quer ver esclarecidas pelos ministros da Economia, das Finanças e da Segurança Social sobre a situação na Lisnave.

Invocando existirem "rumores do encerramento" da escola profissional da Lisnave, o parlamentar do PS quer que o ministro da Economia esclareça se são verdadeiros esses rumores e se o Executivo "está a encetar todas as medidas para assegurar o funcionamento da escola".

Lembrando estar "em falta a contribuição pública para o fundo de pensões criado na sequência da reestruturação dos anos 2001 e 2002, que podem pôr em causa as pensões" deste ano, Vítor Ramalho questiona o Governo sobre quem vai assegurar o pagamento das participações "que estavam acordadas" e "quando se dará a regularização".

O deputado pede ainda esclarecimentos ao Governo sobre "o ponto da situação dos terrenos da Margueira" e os termos "do acordo outorgado com um sindicato bancário".

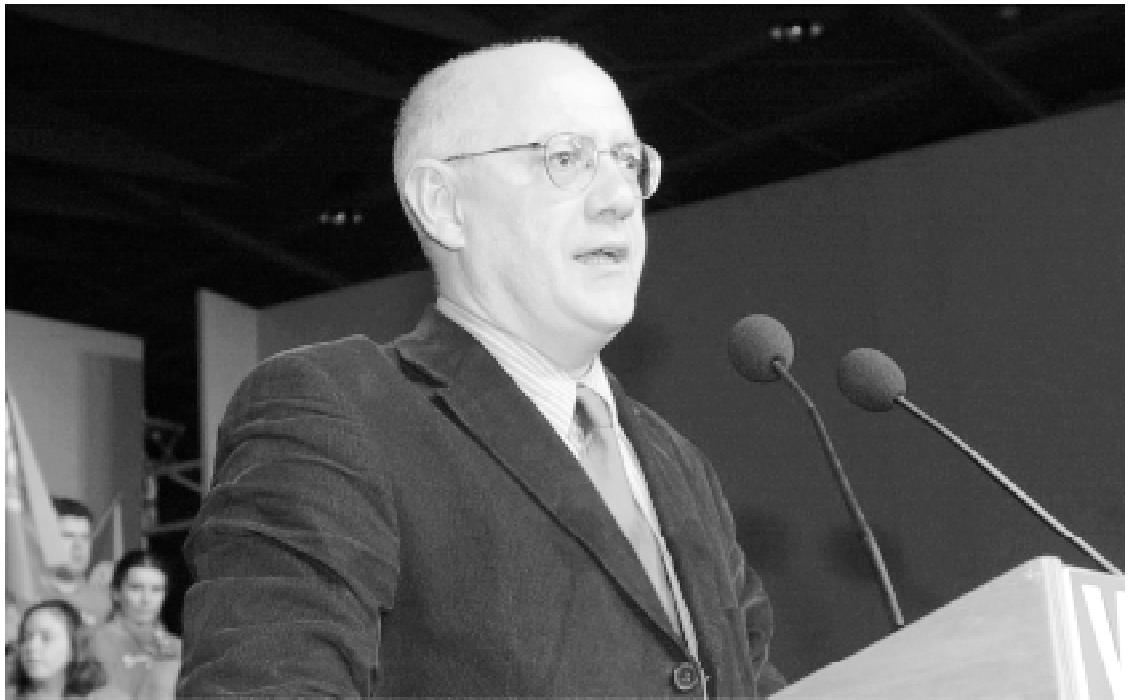


VICENTE JORGE SILVA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

# É PRECISO ACABAR COM A LEI DA SELVA NO CENÁRIO AUDIOVISUAL

Vicente Jorge Silva defende um organismo regulador do cenário audiovisual, onde impera a "lei da selva", e uma nova legislação para enquadrar esta actual tendência de descida da programação a patamares cada vez mais baixos.

Em entrevista ao "Acção Socialista", o deputado e ex-jornalista manifesta-se contra qualquer forma de censura e pugna por um serviço público de televisão "tão exemplar quanto possível", salientando ainda que as reacções de Alberto João Jardim à sua proposta de um referendo sobre a independência das regiões autónomas, mostram que afinal o chefe do Governo Regional da Madeira "não passa de um tigre de papel".



**A propósito de episódios recentes nas televisões com programas verdadeiramente bombásticos, pergunto-lhe qual é a sua sensibilidade relativamente a este tipo de "reality shows" sensacionalistas?**

A minha opinião é a pior possível, mas não me surpreende que tenhamos chegado a este ponto, uma vez que não há nenhuma entidade reguladora do audiovisual. Vivemos na lei da selva.

**Deverá o Estado legislar no sentido de impor limites ao chamado telelixo?**

Sou contra qualquer forma de censura. Mas esta minha posição não colide em nenhum aspecto com a necessidade de haver regulação e não auto-regulação, que não funciona de todo. Aliás, já houve uma tentativa de auto-regulação entre a SIC e a TVI que não resultou.

Desde o momento em que se decidiu liberalizar o cenário audiovisual não se tomou em devida consideração alguns aspectos, como o facto de o mercado publicitário ser escasso. Para além disso, não se respeitaram as normas constantes dos contratos de concessão. Basta ver o caso da TVI, que na origem era um canal católico e agora tem uma propriedade totalmente diferente. Tudo isto se passou sem que o Estado se tivesse manifestado.

A Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) é actualmente um organismo anacrónico que não é capaz de responder às novas realidades. Os seus objectivos estão ultrapassados, uma vez que na altura da sua criação não se fazia a ideia da revolução que iria acontecer na paisagem audiovisual, para além da chegada da Internet que também não está

regulada. É um modelo pré-Internet, pré-revolução tecnológica.

Por isso, defendo a criação de um novo organismo com competências mais vastas que permitam enquadrar estas novas realidades. No PS temos o Luís Nazaré que tem uma visão aprofundada sobre esta matéria.

Também deve haver uma nova legislação para enquadrar esta nova tendência de descer a programação a patamares cada vez mais baixos. É uma lógica perversa, assistindo-se agora ao surgimento de programas como o "Bombástico", entre outros, que se alimentam das frustrações mais doentias das pessoas e das insuficiências do sistema judicial para formarem uma espécie de juizes populares. Perante este elemento perverso, eu pergunto: como é possível que o dr. Francisco Pinto Balsemão, com quem trabalhei durante largos anos e que aprendi a admirar pelo seu sentido ético da prática jornalística, de rigor, de sermos tão objectivos quanto possível, possa aceitar que a SIC recorra a este tipo de programas. É uma lógica que lhe escapa. A TV é uma criatura que escapa ao controlo do criador. Por tudo isto não acredito na auto-regulação.

**Quais, do seu ponto de vista, as diferenças que se deverão salvaguardar no serviço público de televisão relativamente às televisões privadas?**

O serviço público de televisão deve ter uma programação tão exemplar quanto possível, funcionando como instrumento de regulação, sem estar dependente da guerra das audiências.

No entanto, a televisão pública não deve ser bisonha, deve ser interessante e também divertida, procurando estar sintonizada com os problemas da actualidade que nas televisões privadas passam à margem.

**A actual programação da RTP, nomeadamente do Canal 1, cumpre os critérios que devem nortear o serviço público?**

A programação está melhor, mas também era difícil chegar aos níveis do tempo do Rangel, um erro de "casting" total. A este propósito, é necessário reconhecer que o PS tem altíssimas responsabilidades na degradação do cenário audiovisual. No Canal 1 fez-se uma macaqueação da televisão comercial, com uma lógica de salvar a RTP a qualquer custo. Esta é uma das maiores frustrações da governação socialista.

**Um tigre de papel chamado Jardim**

**O que pensa da reestruturação em curso na RTP, nomeadamente da intenção do Governo de entregar o Canal 2 à chamada sociedade civil?**

Estamos perante um disparate total. Neste aspecto entro em discordância com o meu camarada Augusto Santos Silva. A sociedade civil é uma entidade abstracta e os responsáveis políticos não podem ficar encantados com esta medida.

É uma ideia diletante. A sociedade civil não está preparada. Uma coisa é a TV dever abordar questões que dizem respeito às mais diversas

áreas da sociedade, outra é pretender-se criar uma espécie de amontoado de tempos de antena, sem nenhuma coerência. É um absurdo.

**Qual o objectivo de ter proposto um referendo sobre a independência das regiões autónomas?**

Há décadas que Alberto João Jardim vem fazendo uma chantagem inadmissível de tipo separatista de forma a vergar os governos da República às suas exigências, que nada têm a ver com as necessidades efectivas da Madeira, mas sim à lógica clientelar e tentacular do Governo Regional que tem permitido perpetuar 26 anos de poder absoluto, o que é uma situação anormal em toda a Europa.

Os madeirenses sentem-se envergonhados com o comportamento de Alberto João Jardim, que é o grau máximo do troglodismo nacional. A minha proposta teve pois como objectivo denunciar esta chantagem separatista e pôr este governante em sentido.

**Como comenta as reacções de Alberto João Jardim a esta sua iniciativa?**

As reacções mostram que afinal Alberto João Jardim não passa de um tigre de papel. Pela primeira vez recuou quando o ministro da República se demitiu logo depois do Presidente da República para não aceitar a demissão. Por outro lado, nunca tinha feito um discurso tão patriótico, quando toda a lógica das suas intervenções têm sido no sentido da chantagem separatista.

J. C. CASTELO BRANCO

## JANTAR-DEBATE

# IMAGINAR OUTRAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO

**A promoção de uma política social de habitação mais abrangente para além do realojamento, o aperfeiçoamento dos instrumentos de planeamento, a revisão da lei do financiamento autárquico e a necessidade de estimular a proximidade de pessoas de diferentes condições económico-sociais, de forma a que a habitação não seja um elemento segregador, foram algumas das ideias avançadas durante o jantar-debate sobre “Os novos desafios das políticas de habitação”, promovido pelo grupo de reflexão Imaginar Portugal, que contou com mais de 40 participantes.**



Paulo Dias Correia, um dos oradores, defendeu que é preciso ter em conta nos planos de urbanização os solos que devem ser urbanizados, quais os meios de construção indicados e para quem se destinam as habitações. “Estas são

condições decisivas para a qualidade das cidades e da habitação”, salientou.

Referindo que “a habitação não pode ser um elemento segregador”, sustentou que deve-se, tanto quanto possível, “promover a proximidade de pessoas de diferentes condições económico-sociais”.

E considerou também fundamental “aprofundar os incentivos ao arrendamento”, como “solução

atractiva e alternativa viável à compra de habitação”.

Já Luís Baptista rebateu a ideia de que existe uma crise na habitação, sublinhando que o que há é um “desajustamento entre as vertentes demográficas, sociais e culturais”, dando como exemplos o número crescente de pessoas a viver sozinhas e a generalização das segundas habitações. No fundo, disse, “só assim se explica

que com tanta construção haja ainda falta de habitação”.

Por outro lado, defendeu uma “política social de habitação para além do realojamento”. No passado, disse, “a habitação social era fundamentalmente para as classes médias, hoje em dia está estigmatizada como algo direccionado para classes baixas, em situações de exclusão”. Também a política de habitação social ocupou grande parte da intervenção de Pedro Marques, salientando que “o mercado não favorece a satisfação das necessidades sociais de habitação, o que começa desde logo pelos preços dos terrenos, o que leva o construtor a necessitar, pelo menos, de 25 anos para recuperar o investimento”. Por isso, defendeu, “é fundamental expandir mecanismos de renda apoiada, à semelhança do que já existe para a habitação social, mas agora para famílias não abrangidas por estes programas”, acrescentando que esta medida “estimula o mercado e resolve os problemas de muitas pessoas”. Luís Marques considerou ainda que enquanto as câmaras dependerem da construção para se financiar, “a questão do ordenamento do território, e dos preços, acessibilidade e qualidade da habitação não será solucionada”, sendo por isso “essencial rever a lei do financiamento autárquico”.

J. C. C. B.

## INTERNACIONAL SOCIALISTA

# GUTERRES DEFENDE POSIÇÃO CLARA CONTRA PARAÍSOIS FISCAIS

António Guterres apelou aos socialistas do mundo para demonstrarem que são uma verdadeira alternativa, apresentando uma posição clara contra os paraísos fiscais, “porque é lá que a droga, a criminalidade e o terrorismo encontram apoios”. “Se a direita quer manter os paraísos fiscais, ela que pague o preço”, frisou o actual presidente da Internacional Socialista (IS), durante uma conferência organizada pelos PS francês, denominada “A Europa que nós queremos”. Guterres aproveitou a ocasião para expressar o seu optimismo face a uma nova oportunidade para a esquerda, que não existiu nas últimas décadas.

“Já vivemos o domínio de uma ideologia neoliberal, um domínio de um pensamento único que foi imposto ao mundo”, lembrou Guterres sustentando a sua tese com o trabalho das universidades, dos *media*, dos líderes de opinião e de “todas as organizações internacionais”, que demonstraram, inclusivamente, que até os jovens quadros que entram para a administração pública professavam esse “pensamento único”.

Como frutos desta conjuntura apontou o Tratado de Maastricht, “o estatuto dado ao BCE” (Banco Central Europeu) e o propósito deste em controlar a inflação, a “imposição do consenso de Washing-

ton por todo o mundo” e uma “globalização sem regras”.

“Foi neste contexto que governámos na Europa, mesmo quando havia uma maioria de governos socialistas”, declarou Guterres, recordando que apesar da “resistência” e dos “modelos alternativos” apresentados nos textos dos partidos socialistas, Partido Socialista Europeu e IS, e do contra-ataque dos governos ao impor nos conselhos europeus a discussão de políticas sociais, a esquerda perdeu.

“O problema é que as condições concretas para a sua aplicação sob o olho do Big Brother do mercado

não existiam”, explicou, salientando o facto de as condições actuais serem diferentes e de que “o domínio do pensamento único acabou”.

Por isso, Guterres incentivou os socialistas a preparem-se para o período “pós-Bush” e explicou que é preciso, “não ir contra os EUA, mas construir uma Europa mais forte e criar uma rede inter-regional de cooperação aberta”, que inclua a América do Sul e África.

Numa crítica à política dos subsídios à agricultura feita no contexto comunitário, nos Estados Unidos e no Japão, o ex-secretário-geral do PS sublinhou que “não é possível manter o diálogo pelo diálogo”.

## NARCISO MIRANDA GARANTE

# SOCIALISTAS DO PORTO DEFENDERÃO A NTV

O presidente da distrital socialista do Porto, Narciso Miranda, apelou à criação de um “amplo movimento cívico”, abrangendo personalidades e instituições da cidade de todas as áreas profissionais e políticas, para defender a NTV do anunciado encerramento. “A NTV é uma estação que teve alguns percalços no início do seu percurso, mas que melhorou acentuadamente e mostrava agora grande qualidade e criatividade”, defendeu.

Por tratar-se de “um canal que afirmava toda uma região”, mas “não deixava de ter um âmbito nacional”, Narciso considera que o seu encerramento seria “uma grande perda para o Norte e para o País”.

O dirigente do PS/Porto revelou que já está a contactar autarcas, empresários, associações empresariais, personalidades proeminentes da cultura e de outras áreas, de forma “a organizar um movimento destinado a encontrar soluções

para defender a NTV e garantir a sua continuidade, algo semelhante ao que aconteceu com o Coliseu do Porto”.

Também Nuno Cardoso se pronunciou a este respeito, afirmando a sua “profunda tristeza” ante a possibilidade de que um projecto tão importante para a cidade do Porto, para a região Norte e para o País venha a ser destruído.

“Apesar dos problemas iniciais, a NTV afirmou-

se como uma alternativa de qualidade e não quero acreditar que essa possibilidade se venha a verificar”, disse, acrescentando que os portugueses vão lutar para que o projecto se mantenha.

Cardoso dispôs-se a trabalhar para encontrar uma solução para a NTV e congratulou-se por já muitas personalidades, de todas as áreas políticas e profissionais estarem a trabalhar em conjunto nesse sentido.

PAULO MACHADO

# PS DEVE DESENVOLVER CAPACIDADE GANHADORA PARA VOLTAR AO PODER

**O PS, enquanto oposição, deve ser "fiscal" do Executivo, mas sobretudo, um observador cuidadoso dos problemas sociais de forma a encontrar as repostas políticas adequadas. Para ganhar as eleições em 2006, o partido precisa apresentar aos portugueses um projecto renovado, "absolutamente sufragado pelas bases", no qual se reafirme a vocação de poder. São estas as ideias defendidas por Paulo Machado, um militante preocupado com as necessidades e atento às expectativas dos cidadãos que, em menos de um ano de governação de direita, foram completamente defraudadas.**

A experiência de uma militância assumida adquiriu-a há pouco menos de dois anos, descrevendo-a como "um grande desafio e uma responsabilidade ainda maior em termos de disciplina, intervenção e de exigência pessoal". Interessado por política desde a juventude, sempre próximo do ideário socialista, Paulo Machado nunca se afirmou ou sentiu "independente", embora só tenha formalizado a sua pertença à família socialista aos 40 anos de idade.

O ano e o mês em que assinou a ficha de inscrição têm um significado especial. Em Março de 2001 deu-se a dramática queda da ponte de Entre-os-Rios, e o Paulo, na altura membro do gabinete de Jorge Coelho (então ministro do Equipamento Social), sentiu que "já não era possível ter uma participação descomprometida".

"Achei que aquele era um momento importante de solidariedade para com o projecto socialista, que foi, na minha opinião, bastante ameaçado com o trágico acidente", confessa.

Amigos e familiares encararam esta decisão com "muita naturalidade", não fosse a militância uma "consequência lógica" da vivência profissional e pessoal de Paulo Machado.

"Se com alguma estranheza assumiram a minha relação vinculativa ao partido, foi pela demora", comenta o militante.

Depois de seis anos de "imersão total" no projecto socialista, actualmente o Paulo participa com uma assiduidade inquestionável na "muito activa" secção do PS de Alvalade.

Quando questionado sobre as razões pelas quais os socialistas perderam o poder, Paulo Machado não hesita em defender a ideia segundo a qual, "independentemente dos erros cometidos, o



partido não teria alcançado um terceiro mandato, porque há um tempo de vida para os empreendimentos de ordem política que não ultrapassam os seis a sete anos".

"As sociedades modernas mudam a um ritmo

alucinante e os projectos políticos, que têm uma enorme actualidade quando são ganhadores, perdem alguma da sua força com o decorrer do tempo", explicou, considerando que o PS, em dado momento, "não soube acompanhar as mudanças sociais".

Paulo Machado reconhece que "conjuntamente, a tomada de algumas decisões ou a ausência delas terá conduzido à derrota eleitoral nas legislativas, mas foi uma "perda muito relativa", uma vez que "o nosso resultado foi bastante confortável".

O mérito socialista e o demérito dos adversários conjugaram-se numa "vitória anémica" do PSD e num eufórico aproveitamento por parte do CDS/PP, que conseguiu uma coligação pós-eleitoral, considera o militante, para quem "Durão Barroso nunca foi um candidato a primeiro-ministro vitorioso", ao passo que o actual secretário-geral do PS tinha e tem "um forte capital a explorar nesse sentido".

"O facto de Ferro Rodrigues ser o líder incontestável dos socialistas não faz dele um chefe de Governo automático", explica, frisando que é preciso desenvolver uma "capacidade ganhadora" para voltar ao poder. Faltando pouco para completar-se o primeiro ano de administração da direita, Paulo Machado considera que "retrocesso" é o substantivo mais adequado para se fazer o balanço da situação social do País.

"Este Executivo provou que não tem uma vocação progressista", afirma, acrescentando que os portugueses já se sentem "defraudados nas suas expectativas e necessidades" ao nível das mais diversas áreas da vida nacional e internacional.

Mas o Paulo não se mostra surpreendido pela "tendência regressiva, quase imobilista" da actual maioria, "até porque ela era bem patente no programa eleitoral do PSD".

"Passou-se das palavras aos actos", remata, criticando fortemente a "total e absoluta inacção do Executivo" numa área de seu particular interesse como é o da segurança pública dos cidadãos.

"O Governo alienou um capital de transformação na política da administração interna que foi conseguido ao longo de seis anos", denuncia, repudiando de seguida a lógica contabilística de decisões como a de retirar autonomia administrativa e financeira aos institutos públicos.

"Há uma certa insensibilidade e insensatez nestas decisões", conclui Paulo Machado, que defende uma oposição forte e rigorosa dos socialistas no Parlamento, "como aliás tem vindo a ser feita", mas que também engloba o "esforço conjunto para nos prepararmos e assumirmos com toda a clareza a nossa vocação para exercer o poder".

MARY RODRIGUES

## PERFIL

Nome  
**Paulo Filipe de Sousa Figueiredo Machado**

Idade  
**42 anos**

Ocupação  
**Sociólogo**

Hobbies  
**Passear a pé, ver cinema, ler e tocar instrumentos de teclas**

Militância  
**Inscrição no PS em Março de 2001**

Referências socialistas  
**O militante anónimo**

MÁRIO SOARES ACUSA

# ADMINISTRAÇÃO BUSH QUER A GUERRA A QUALQUER PREÇO

A Administração do Presidente George W. Bush foi duramente criticada pelo eurodeputado Mário Soares, no plenário do Parlamento Europeu, por estar a forçar um ataque ao Iraque, que terá repercussões em todo o mundo e também na União Europeia, como já se viu com a carta assinada por oito governos, entre eles o português, de apoio às posições belicistas dos Estados Unidos.

No debate realizado no hemiciclo de Bruxelas sobre uma possível intervenção militar no Iraque, que culminou com a aprovação de uma resolução contra qualquer acção unilateral e que viole o Direito Internacional, Mário Soares afirmou que George W. Bush “quer a guerra a qualquer preço” e que aquilo a que chama a nova doutrina preventiva da Administração norte-americana é “insustentável”, e mais não serve do que defender interesses estratégicos dos Estados Unidos.

Visando directamente o Secretário de Estado da Defesa, Donald Rumsfeld, Soares manifestou o seu orgulho na “Velha Europa”, contrapondo assim à forma pouco diplomática como aquele responsável governamental norte-americano reagiu às posições da França e da Alemanha em não cederem às pressões para se envolverem na guerra. E que, inclusivamente, levou os norte-americanos a ameaçar deslocar os seus interesses militares para os países de Leste.



“George W. Bush esconde interesses inconfessáveis de uma nova estratégia de controlo dos recursos petrolíferos no Médio

Oriente”, acusou o ex-presidente. Em relação ao discurso sobre o Estado da nação americana, considerou-o “extremamente

arrogante” e que a eliminação de armas de destruição maciça sem haver provas convincentes, não passa de um pretexto para derrubar o ditador e assassino Saddam Hussein, esquecendo outros que existem na cena internacional e mesmo no Médio Oriente. Neste sentido, não deixou de criticar também a cobertura que os Estados Unidos dão “a um verdadeiro terrorismo de Estado” que o Governo de Ariel Sharon está a praticar.

Por outro lado, numa entrevista publicada esta semana no jornal “Público”, Mário Soares disse: “Hoje continuo a ser pró-americano, amigo do pluralismo dos Estados Unidos, mas não da Administração Bush. Porque esta tem a ver com o mccartismo, o Ku-Klux-Klan, as religiões sombrias, essa coisa fanática de pensar que o mundo vai acabar e começar a rezar antes dos conselhos de ministros. Disso não sou amigo. Sou adversário”.

O eurodeputado criticou também a atitude “seguidista” de Durão Barroso ao assinar com mais sete governos da Europa uma carta de apoio às posições dos Estados Unidos. “Foi um acto de seguidismo, que não acrescentou nada, mas veio provocar uma grande confusão e enfraquecer as posições europeias, sobretudo quando estavam a ser atacadas pelo senhor Rumsfeld, que veio dizer que a ‘Velha Europa’ não conta, que o que conta é a ‘Nova Europa’, dominada pelos Estados Unidos”.

## SOCIALISTAS HOLANDESES PREPARAM-SE PARA REGRESSAR AO GOVERNO

Depois de um ano de ausência e de uma coligação de direita que causou a maior instabilidade na Holanda, os socialistas preparam-se agora para regressar ao Governo, depois de terem feito uma recuperação espectacular nas eleições antecipadas que se realizaram na semana passada.

Sob a liderança de Wouter Bos, o novo secretário-geral do PvDa, o partido passou de terceiro para o segundo mais votado, com apenas menos dois lugares no Parlamento do que o Partido Cristão-Democrata, que elegeu 44 deputados. O PvDa passou de 23 para 42 eleitos.

Logo na sequência das eleições Wouter Bos considerou que havia um claro apoio para formar uma coligação estável e progressista. A Holanda tem já uma longa tradição de governação em coligação, encontrando-se agora os dois partidos em negociações para chegarem a um entendimento.

O novo líder do Partido Trabalhista holandês é considerado uma verdadeira revelação, tendo feito uma campanha irrepreensível e recuperado não só muito do eleitorado abstencionista, como uma boa parte daquele que fugiu para a lista do malogrado populista Pym Fortuyn e para outros partidos.

Segundo os analistas, Bos deve uma parte do seu sucesso ao eleitorado jovem, junto de quem é muito popular, por ter sabido exprimir os seus sentimentos, designadamente inspirando-se num canal de televisão musical holandês.

Para 23 por cento dos jovens entre os 18 e os 24 anos, o PvDa era o partido mais popular, enquanto que em Maio último apenas o era para 9 por cento.

Outros elementos decisivos no seu bom resultado foram uma certa informalidade que cortou com o aspecto formal do partido, uma campanha porta-a-porta e propostas claras e objectivas em matéria de imigração e segurança.

P.P.

PAULO CASACA LAMENTA

## COMISSÃO SEM MEIOS PARA INVESTIGAR FRAUDES NO SECTOR ALIMENTAR

Apesar das anunciadas intenções da Comissão Europeia de investir na investigação de fraudes contra o orçamento comunitário no âmbito da produção de leite, azeite, vinho e açúcar, continua a existir uma total ausência de meios para as prevenir e combater, acusou no plenário de Estrasburgo o eurodeputado Paulo Casaca, na discussão sobre a verificação das contas da União Europeia relativas ao ano 2000.

“Registamos a intenção da Comissão de investir na investigação e desenvolvimento de meios de detecção de falsificação de azeite, mas lamentamos que continuemos a gastar meios absurdamente elevados e a impor esquemas de custos enormes às administrações nacionais e regionais aos oleicultores no controlo do número de oliveiras, sem qualquer interesse para prevenir a fraude, em contraste com a total ausência de meios para prevenir e combater a grande fraude contra o orçamento comunitário, contra os consumidores e agricultores, que é a falsificação do azeite”, afirmou o eurodeputado. Indignado, Paulo Casaca considerou “escandaloso que se persiga com multas pesadíssimas e à cabeça o agricultor que exceda a sua quota de leite e que nada se faça para penalizar industriais desonestos e redes criminosas que fazem lactícínios sem leite”.



HELENA TORRES MARQUES DENUNCIA

# CONSUMIDORES PREJUDICADOS POR ATRASO DA LEGISLAÇÃO SOBRE LEVANTAMENTOS BANCÁRIOS

Os bancos já não deviam desde 1 de Julho de 2002 estar a cobrar comissões sobre levantamentos bancários na zona euro e, no entanto, continuam a fazê-lo, infringindo assim o regulamento comunitário relativo aos pagamentos transfronteiros em euros. O Banco de Portugal já elaborou legislação para evitar este tipo de infracções, mas o Governo ainda não a publicou, o que manifestamente está a prejudicar todos os portugueses que viajam na zona euro.

A denúncia foi feita esta semana em conferência de imprensa, em Lisboa, pela eurodeputada Helena Torres Marques, membro da Comissão dos Assuntos Económicos do Parlamento Europeu, que tem insistido junto das várias instâncias comunitárias e nacionais, como a Assembleia da República, DECO e Banco de Portugal, para esta ocorrência que viola regulamentos comunitários.

O próprio Banco de Portugal já iniciou uma investigação a todos os bancos para apurar quais são aqueles que fornecem os cartões de crédito/débito, levando a débito os levantamentos feitos em Portugal e a crédito aqueles que são feitos noutros países da zona euro. "O Banco de Portugal não pode permitir isto, porque vai contra o espírito da moeda única", afirma Helena Torres Marques, acrescentando que "é preciso que os portugueses se sintam em casa em qualquer



país da zona euro sempre que façam levantamentos bancários".

O Governo português tem de publicar esta legislação para que fiquem definidos os tipos de sanção a aplicar neste tipo de infracção, afirma, sublinhando que é inaceitável que haja bancos que estão a cobrar juros que podem ir até aos sete por cento do montante levantado.

"É como se os bancos estivessem a fazer um empréstimo sem previamente nos avisarem que o estão a fazer e em que condições", afirma. O regulamento sobre a transparência dos encargos, no seu artigo 4º, nº1, está flagrantemente a ser violado por alguns bancos: "As instituições põem à disposição dos seus clientes de modo facilmente

compreensível, por escrito, incluindo, eventualmente, consoante a regulamentação nacional, por meios electrónicos, informações prévias relativas aos encargos cobrados pelos pagamentos transfronteiros e pelos pagamentos efectuados no interior do Estado-membro em que estejam estabelecidas".

A eurodeputada considera que em Portugal os cartões bancários "são muito caros", em comparação com a maioria dos países comunitários. "Nem se compreende que as comissões cobradas sejam tão altas, até porque, tratando-se de operações electrónicas de levantamentos ou transferências bancárias, os riscos são nulos", considera.

Helena Torres Marques alerta ainda para o facto de a partir de 1 de Julho de 2003 entrar em funcionamento a segunda parte daquele regulamento, que isenta de pagamento todas as transferências bancárias feitas até um montante de 12.500 euros e não haver ainda sinais de que os bancos vão eliminar essas comissões. Este tipo de operações é recorrentemente utilizado pelas PME, que assim serão muito oneradas nas suas operações.

Helena Torres Marques já propôs ao Parlamento Europeu que elabore um relatório de iniciativa sobre a forma como se está a processar a aplicação do regulamento em cada um dos países da zona euro.

P.P.

MANUEL DOS SANTOS DEFENDE

# CONTAS DA PAC DEVIAM TER AUDITORIAS ESPECÍFICAS

Auditorias e regulações específicas sobre as verbas disponibilizadas ao abrigo da Política Agrícola Comum são fundamentais para evitar irregularidades, sobretudo numa União com 25 membros, considerou no plenário de Estrasburgo o eurodeputado Manuel dos Santos, membro da Comissão do Orçamento do Parlamento Europeu, durante o debate sobre a reforma do processo de apuramento de contas.

O eurodeputado justificou a sua posição com o facto da PAC absorver 47 por cento do orçamento comunitário, o que faz dela "um centro potencial de irregularidades". "Revejo-me na preocupação e nas recomendações do relator quando examina os pontos fortes e fracos dos organismos de certificação, a aplicação das correcções



financeiras, o controle das despesas afectadas ao desenvolvimento rural e os novos problemas que, inevitavelmente, se colocarão com o funcionamento da União, num quadro de alargamento a 25 países", considerou.

Manuel dos Santos disse ainda ser "incontornável e indispensável" definir e integrar os sistemas de gestão nos países candidatos, promovendo e desenvolvendo quer a delegação de poderes dos organismos SAPARD, quer a dinamização da cadência de execução dos instrumentos de ajuda.

## Excesso de burocracia no apuramento das contas

Intervindo também no mesmo debate, o

eurodeputado Paulo Casaca considerou que o funcionamento dos sistemas europeus de subvenções agrícolas são extremamente complexos e com "uma desproporcionada carga burocrática sobre as administrações nacionais, regionais e sobre os agricultores". Paulo Casaca considerou também que "o apuramento das contas em que os cofres públicos do Estado-membro cobrem a utilização abusiva de verbas por empresas agro-alimentares ou agrícolas constitui uma forma de ajuda de Estado que distorce as regras da concorrência de modo particularmente injusto, beneficiando quem defrauda os cofres públicos, prejudicando quem age honestamente".

# CREDIBILIZAR O SISTEMA POLÍTICO



**ALBERTO MARTINS**

O financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais é uma questão essencial da democracia e deve constituir um paradigma de credibilidade e de confiança do sistema político. Neste contexto, o reforço da transparência, do controlo e da fiscalização das contas dos partidos políticos e das campanhas eleitorais impõe a eliminação de quaisquer factores de suspeição sobre a vida pública e a criação de condições de equidade na acção pública.

O reforço da confiança dos cidadãos na vida política exige que activemos mecanismos de transparência e controlo eficazes, de forma a evitar que os poderes susceptíveis de tomar decisões, como são os poderes públicos, possam ser usados, ou sequer dizer-se que são usados, de modo desigual em relação aos membros da sociedade. Temos pois que adoptar soluções que afastem da vida partidária e política acções financeiras ilegítimas geradoras de situações de corrupção, de enfraquecimento de independência dos partidos e de influências indevidas sobre as decisões políticas.

Mas temos que ter presente, ainda, que as condições em que se exerce actualmente a actividade política reclama meios financeiros significativos que permitam aos partidos, e políticos, darem a adequada visibilidade aos seus programas e ideias e obterem o necessário apoio. As regras do financiamento da vida política devem garantir, conseqüentemente, as condições e meios do cumprimento das funções e tarefas inerentes ao exercício democrático.

Na proposta que apresentamos são identificados os seguintes pontos de referência:

1. *O financiamento tendencialmente público dos partidos políticos e das campanhas eleitorais:* acentua-se a contribuição pública dos financiamentos dos partidos políticos e das campanhas eleitorais. É fixado um limite para os donativos singulares; nas

campanhas eleitorais são, no geral, apenas permitidas a subvenção estatal e as contribuições dos partidos políticos.

2. *A proibição dos financiamentos anónimos:* só são permitidos donativos de pessoa singular devidamente identificada, titulados por cheque ou transferência bancária, reforçando-se, assim, o seu controlo.
3. *Conta de apoio ao exercício democrático:* as pessoas singulares, devidamente identificadas, podem efectuar depósitos, nos termos gerais, em conta bancária, titulada pela Assembleia da República, especificamente aberta para o efeito, com a finalidade de contribuir para a subvenção estatal das campanhas eleitorais.
4. *A publicação integral de receitas e despesas:* a publicitação integral das contas anuais dos partidos e das campanhas eleitorais, discriminando as receitas e as despesas, com a sua publicação na 2.ª Série do "Diário da República" em conjunto com o acórdão do Tribunal Constitucional proferido sobre as mesmas e a sua disponibilização no sítio oficial deste Tribunal na Internet.
5. *O reforço dos meios de controlo por parte do Tribunal Constitucional relativamente às receitas e despesas dos partidos e das campanhas eleitorais:* o reforço dos poderes e das competências do Tribunal Constitucional, passando este a ter a exclusividade da apreciação e fiscalização das contas dos partidos e das campanhas eleitorais para os órgãos de soberania, das regiões autónomas e do poder local.
6. *A criação junto do Tribunal Constitucional de uma entidade independente, a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos, que o coadjuvará tecnicamente nas funções de fiscalização das contas dos partidos e das campanhas eleitorais,* designadamente na instrução dos processos e na fiscalização da correspondência entre os gastos declarados e as despesas efectivamente realizadas.
7. *A definição de limites das despesas de campanha:* as despesas de campanha eleitoral são limitadas num quadro realista e equilibrado entre a necessidade de divulgação e informação sobre os programas e as candidaturas eleitorais e o limite das despesas legalmente fixadas.
8. *A contabilização real e efectiva das despesas de campanha eleitoral:* para efeitos de classificação como despesas de campanha eleitoral, o prazo é antecipado para três meses antes do acto eleitoral respectivo.
9. *O reforço da autonomização das contas das campanhas eleitorais:* é reforçada a autonomização das contas das campanhas eleitorais através da discriminação e publicitação das receitas e despesas efectuadas no âmbito dessas campanhas.
10. *Agravamento das sanções,* designadamente, com perda de mandato, considerando-se perdidos a favor do Estado os valores ilegalmente recebidos, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal a que nos termos gerais de Direito haja lugar.

**O reforço da confiança dos cidadãos na vida política exige que activemos mecanismos de transparência e controlo eficazes, de forma a evitar que os poderes susceptíveis de tomar decisões, como são os poderes públicos, possam ser usados, ou sequer dizer-se que são usados, de modo desigual em relação aos membros da sociedade.**



**FII|N|I|S|T|E|R|R|A**  
Revista de Reflexão e Crítica

## A ESQUERDA NA ENCRUZILHADA

**Textos de**

Eduardo Lourenço  
Guilherme d'Oliveira Martins  
Fernando Pereira Marques  
Joaquim Jorge Veiguihu  
Filipe Nunes

**Verdadeiramente, fomos todos maltratados. Enquanto portugueses ninguém nos ligou nenhuma, muito menos o nosso Primeiro-ministro. Como se fôssemos apenas contribuintes e não cidadãos. Como europeus, deixámos de existir, impedidos de ter vontade comum, que no caso, é própria.**

As guerras começam normalmente lá fora mas acabam quase sempre cá dentro. Disso sabem os europeus muito bem. E nós, melhor que ninguém, sabemos o que elas custam, pelo menos os da minha geração que no medo, na resistência ou no exílio, sofremos durante treze anos a guerra colonial.

O que não sabia ainda era que as guerras se anunciavam por carta, com publicidade paga nos grandes jornais. E muito menos imaginava que a missiva pudesse ser escrita por primeiros-ministros europeus, entre os quais o de Portugal.

Ainda se a carta *nos fosse endereçada*, algum valor teria a atenção. Mas não. A carta foi enviada à América, aos americanos, ao senhor Bush, dizendo que sim, que estávamos nessa! Mas nessa qual? Alguém nos perguntou alguma coisa? Houve ao menos algum debate no Parlamento que sustente *o anúncio* de Durão Barroso?

Verdadeiramente, fomos todos maltratados. Enquanto portugueses ninguém nos ligou nenhuma, muito menos o nosso primeiro-ministro. Como se fôssemos apenas contribuintes e não cidadãos. Como europeus, deixámos de existir, impedidos de ter vontade comum, que no caso, é própria.

Será que merecemos isto? Certamente que não. Mas falta aqui qualquer coisa. Falta reagir, protestar, intervir, falar e não simplesmente aceitar coisas destas como fatalidade.

Na semana passada a Espanha - cujo primeiro-ministro também escreveu aos americanos e esqueceu os espanhóis - distribuiu os seus prémios "Goya", espécie de óscares do seu cinema. Era uma cerimónia de grande brilho, que a TVE (televisão pública) transmitiu em directo para todo o mundo.

Toda a Espanha, das artes, da modernidade e do cinema ou estava na grande sala de Madrid, ou assistia ao programa da Academia de cinema espanhol pela televisão.

**O Governo PSD/PP, liderado por Durão Barroso, tem prosseguido uma estratégia de nomeações políticas para os institutos públicos e as empresas públicas ou participadas pelo Estado, seguindo o alto critério do cartão. Já nem falamos na situação da área da saúde em que a alteração da natureza jurídica de alguns equipamentos hospitalares criou condições para que jovens licenciados, familiares de dirigentes do PSD, pudessem ter acesso a uma espécie de estágio pós-licenciatura.**

#### Nomeações

De modo cândido, mas persistente, o Governo PSD/PP, liderado por Durão Barroso, tem prosseguido uma estratégia de nomeações políticas para os institutos públicos e as empresas públicas ou participadas pelo Estado, seguindo o alto critério do cartão. Já nem falamos na situação da área da saúde em que a alteração da natureza jurídica de alguns equipamentos hospitalares criou condições para que jovens licenciados, familiares de dirigentes do PSD, pudessem ter acesso a uma espécie de estágio pós-licenciatura. Fazamos um rápido exercício de chamar alguns boys pelos nomes:

Presidente do Instituto de Estradas de Portugal - José Ribeiro dos Santos (ex-Deputado);  
Presidente da Parque Expo - José Bracinha Vieira (ex-Secretário de Estado); Presidente do Conselho. de Administração da Galp Energia - Joaquim Ferreira do Amaral (ex-Ministro e ex-Deputado);

Presidente do INATEL - José Alarcão Troni (ex-Secretário de Estado);  
Presidente da ANACOM - Álvaro Dâmaso (ex-candidato a Presidente do Governo Regional dos Açores);

CEO da Portugal Telecom - Miguel Horta e Costa (ex-Secretário de Estado)  
Agência Portuguesa para o Investimento - Miguel Cadilhe (ex-Ministro)  
Vogal do Instituto de Seguros de Portugal - Rui Carp (ex-Secretário de Estado);  
Vice-Presidente da Caixa Geral de Depósitos - Luís Mira Amaral (ex-Ministro);  
Comissão de Contrapartidas da Defesa - Pedro Brandão Rodrigues (ex-Deputado PP)

Este é apenas uma amostra (curiosa designação) de uma lista que sendo extensa, suscita a necessidade uma reflexão sobre o conceito de cargo de confiança política, que deveriam ser indexados ao mandato do Governo que procede às nomeações. cai o Governo, caem os titulares dos cargos de confiança política

#### O ministro Arnaut e o Euro-2004

O Senhor Ministro Adjunto do Primeiro Ministro, José Luís Arnaut, teve o desprante de, à saída de um Comissão Parlamentar, afirmar que a questão do eventual elevado preço dos bilhetes para os jogos do Euro-2004 eram da responsabilidade dos Governos PS, que tinha alienado a possibilidade de intervenção do Estado Português nas operações de "ticketing" do evento. Acontece que, nos termos do Regulamento da UEFA, todas as responsabilidades em relação aos bilhetes é da

## DIFERENÇAS IBÉRICAS

Minutos de suspense e emoção vívidos intensamente, quando se trata de escolher os premiados, grandes actores e atrizes, realizadores, argumentistas e cenógrafos, compositores e intérpretes. Enfim, o melhor da sétima arte da Espanha actual.

Gente de cultura, de todas as idades, chamada ao palco. Todos os notáveis de Espanha na plateia. Intelectuais, escritores, jornalistas, políticos de todos os matizes e ideologias. O grande premiado é o novo cinema espanhol, que se afirma como o mais criativo da Europa e ganha créditos e prestígio nos Estados Unidos.

Toda essa gente das artes e do espectáculo fez a festa, com orgulho do seu cinema.

E todos esses espanhóis no momento culminante do elogio, do brilho, do reconhecimento e da vitória da arte de cada um, sobre a condição humana, partilhou a alegria e a emoção com todos os europeus repetindo sempre, perante milhões de espectadores a frase que não precisa de tradução: "*No a la guerra*".

Tenho a certeza que Durão Barroso dormiu muito mais tranquilo, nessa noite, que Aznar! Infelizmente para Portugal...



**LUÍS MARINHO**

## ALGUNS BOYS PELOS NOMES...

competência da UEFA em colaboração com o Comité Organizativo Local. Conclusão: o ministro ou desconhecia o Regulamento ou mentiu deliberadamente. De uma coisa é certa, por muitas imprecisões que o Senhor Ministro ensaie, não terá êxito na estratégia de procurar passar a mensagem desejada: tudo o que correr mal é da responsabilidade dos Governos anteriores, todos os êxitos serão da responsabilidade deste Governo. Afinal, só haverá Euro-2004 porque os Governos PS tiveram a visão de apoiar e promover a candidatura de Portugal à organização do campeonato.

#### A demagogia do PCP sobre o financiamento dos partidos

O pior aconteceu. O PCP, pela boca de Vítor Dias, resolveu adoptar uma atitude populista, demagógica e irresponsável em relação ao financiamento dos partidos políticos, insurgindo-se contra o aumento das subvenções estatais numa "conjuntura em que se avolumam as dificuldades da população". É certo que a posição do PCP, não esconde o anseio de vingança por, nos projectos de lei sobre os partidos políticos, ser consagrado o fim das votações de braço no ar, tão enraizadas na prática ortodoxa da linha política de Vítor Dias. O dirigente do PCP vai mesmo ao ponto de classificar os projectos como "uma insolente tentativa de subversão e esmagamento de princípios protegidos desde o 25 de Abril", esquecendo-se que Abril está em causa quando cidadãos não podem expressar livremente as suas opiniões e que Abril estará em causa se continuar a existir um fosso entre os sinais exteriores de riqueza das campanhas eleitorais, os limites de despesas previstos na lei e as contas apresentadas. O Abril que enche a boca de Vítor Dias estará em causa se não houver transparência, rigor e clareza nas receitas e despesas dos partidos políticos. O Abril estará tanto mais em causa quanto o estiverem os partidos políticos e os seus dirigentes. E não será com grotescas atitudes de demagogia que contribuiremos para o aprofundamento da Democracia Portuguesa.



**ANTÓNIO GALAMBA**

# A SEMANA PREVISTA

O secretário-geral do Partido Socialista e os presidentes das federações reúnem-se esta noite num jantar de trabalho em Lisboa.

Com a presença de Ferro Rodrigues, tem hoje lugar o Conselho de Estado presidido por Jorge Sampaio, onde vai estar em análise a previsível guerra contra o Iraque.

No próximo domingo reúne-se em Bruxelas a Comissão Política da Federação do Benelux que vai proceder à marcação do respectivo congresso federativo.

Realiza-se na próxima quinta-feira uma reunião da Comissão Política do PS para analisar a situação política.

Na quarta-feira, 12 de Fevereiro, o plenário da Assembleia da República debate um projecto-lei do PS que tem em vista a aprovação da lei-quadro sobre autoridades reguladoras independentes nos domínios económico e financeiro.

O cartoonista do "Acção Socialista", António Colaço, inaugura segunda-feira, 10 de Fevereiro, uma exposição de trabalhos seus, na Livraria Parlamentar, da Assembleia da República.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.



**PORTUGAL SOCIALISTA**

**QUESTÕES EUROPEIAS**

Convenção Europeia  
Pacto de Estabilidade  
Política Agrícola  
Agricultura e desenvolvimento

Visite-nos na internet  
[www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal](http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/portugal)

## ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

**FUNDAÇÃO ANTERO DE QUINTAL**  
TEL. 21 304 17 80  
faq@oninet.pt

**FUNDAÇÃO JOSÉ FONTANA**  
TEL. 21 301 38 08 / 21 301 39 09  
fjj@mail.telepac.pt

**FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES**  
TEL. 21 396 41 79 / 21 396 41 56  
osita@fmssoares.pt

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE RADIODIFUSÃO**  
TEL. 21 301 69 99 / 21 301 54 53  
apr@ip.pt

**FUNDAÇÃO FRIEDRICH EBERT**  
TEL. 21 357 33 75  
np42ye@mail.telepac.pt

**FUNDAÇÃO GULBENKIAN**  
TEL. 21 782 30 00  
info@gulbenkian.pt

**FUNDAÇÃO ORIENTE**  
TEL. 21 358 52 00  
fundoriente@foriente.pt



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **Augusto Santos Silva**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvinogilva@partido-socialista.pt

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelobranco@partido-socialista.pt  
**Mary Rodrigues**  
maryr@partido-socialista.pt  
**Paulo Pisco**

Secretariado **Virginia Damas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

Internet [www.ps.pt/accao](http://www.ps.pt/accao)  
E-mail [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
**Restelo - 1400-091 Lisboa**  
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**  
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa